# COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO - CEPE - CNPJ - 10.921.252/0001-07.

**RELATÓRIO DA DIRETORIA - SENHORES ACIONISTAS** - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE apresenta a V.Sas. as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na forma da legislação vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes. **A DIRETORIA**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (EM REAIS)

| | Notas Explicativas | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | |
| **CIRCULANTE** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 8.378.234 | 5.791.415 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 38.010.089 | 45.154.731 |
| Estoques | 6 | 1.088.473 | 1.212.473 |
| Tributos a recuperar | 7 | 647.580 | 633.152 |
| Adiantamentos diversos | | 720.457 | 311.308 |
| Despesas antecipadas | | 75.932 | 62.596 |
| | | **48.920.765** | **53.165.675** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Depósitos judiciais | | 167.535 | 167.535 |
| Investimentos | 8 | 1.074.683 | 1.074.683 |
| Imobilizado | 9 | 14.267.105 | 15.672.171 |
| Intangível | 10 | 523.626 | 839.296 |
| | | **16.032.949** | **17.753.685** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **64.953.714** | **70.919.360** |

| **PASSIVO** | Notas Explicativas | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | | |
| Fornecedores | | 1.497.567 | 1.262.254 |
| Obrigações trabalhistas | 11 | 995.730 | 983.925 |
| Obrigações sociais | 12 | 471.971 | 462.142 |
| Obrigações tributárias | 13 | 441.409 | 281.827 |
| Juros sobre o capital próprio | | - | 1.197.000 |
| Outros | | 93.736 | 303.517 |
| | | **3.500.413** | **4.490.665** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Obrigações tributárias | 13 | 1.101.278 | 1.124.148 |
| Provisões para contingências | 14 | 1.507.000 | 75.000 |
| | | **2.608.278** | **1.199.148** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 15 | | |
| Capital social | | 66.570.000 | 65.373.000 |
| Reserva de reavaliação | | 3.417.289 | 3.489.709 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | 70.092 | 70.092 |
| Prejuízos acumulados | | (11.212.358) | (3.703.254) |
| | | **58.845.023** | **65.229.547** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **64.953.714** | **70.919.360** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Em Reais)

| | CAPITAL SOCIAL | RESERVA DE LUCROS | RESERVA DE REAVALIAÇÃO | AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2017** | **65.373.000** | **2.260.326** | **3.580.056** | **66.924** | **-** | **71.280.306** |
| Realização da reserva de reavaliação | - | - | (118.878) | - | 118.878 | - |
| Efeitos tributários | - | - | 28.531 | - | - | 28.531 |
| Ajuste a valor justo | - | - | - | 6.828 | - | 6.828 |
| Efeitos tributários | - | - | - | (3.660) | - | (3.660) |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | (6.082.458) | (6.082.458) |
| Absorção de prejuízo | - | (2.260.326) | - | - | 2.260.326 | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | **65.373.000** | **-** | **3.489.709** | **70.092** | **(3.703.254)** | **65.229.547** |
| Aumento de capital | 1.197.000 | - | - | - | - | 1.197.000 |
| Realização da reserva de reavaliação | - | - | (95.289) | - | 95.289 | - |
| Efeitos tributários | - | - | 22.869 | - | - | 22.869 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | (7.604.393) | (7.604.393) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **66.570.000** | **-** | **3.417.289** | **70.092** | **(11.212.358)** | **58.845.023** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Valores expressos em Reais)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, parte integrante da administração indireta do Estado de Pernambuco, é uma sociedade de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 6.065, de 01.12.1967, domiciliada à Rua Coelho Leite, 530 - Santo Amaro – Recife – PE. A Companhia tem como atividade preponderante a edição e publicação dos Diários Oficiais do Estado, de didático-culturais, e processamento e digitalização de imagens.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para Pequenas e Médias Empresas - CPC PME (R1), cujas principais aplicadas estão descritas na nota explicativa 3.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 18 de fevereiro de 2020.

**b) Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

**d) Uso de estimativas e julgamento**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem essas estimativas e premissas são:

(i) análise de risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa;

(ii) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos;

(iii) a capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades de Companhia (ativos imobilizados), que é avaliada sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil de ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil desses ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares;

(iv) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio de avaliação de probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, bem como a avaliação dos assessores jurídicos;

(v) realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos em função de lucro tributável futuro contra qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e impostos diferidos possam ser realizados.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado contabilmente.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**3.1 – Apuração do resultado**

A Companhia adota o princípio da competência para registro das suas operações. A aplicação desse princípio implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento.

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

**3.2 – Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

**3.3 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento Técnico CPC 48**

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

a) Ativos financeiros

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros e créditos realizados por caixa.

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

b) Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Classificação e mensuração:

De acordo com o CPC 48, as principais categorias de classificação de ativos financeiros são (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- Redução ao valor recuperável (*impairment*):

O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia, após estudo individualizado por cliente, concluiu não haver necessidade de reconhecimento de provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD), visto que há fortes indicativos de suas realizações.

**3.4 – Contas a receber – Ver Nota 5**

As contas a receber de clientes e outros créditos são mensurados ao seu valor justo na data da transação. O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

Após o reconhecimento inicial, as contas a receber de clientes e outros créditos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Como a empresa não realiza vendas com caráter de financiamento, as mesmas não são amortizadas através do método da taxa efetiva de juros. Da mesma forma, os outros créditos, igualmente não revestidos de caráter de financiamento, não são amortizados usando-se do método da taxa efetiva de juros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa não é estabelecida pois não existe uma evidência objetiva de que a CEPE não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber de clientes.

**3.5 – Estoques**

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

**3.6 – Tributos a recuperar**

São originados de diversas operações que podem gerar valores a recuperar de tributos, tais como saldos devedores de PIS/PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e outros. Tais tributos são registrados pelo custo histórico.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Em Reais)

| | Notas Explicativas | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 16 | **42.316.553** | **43.332.504** |
| **Custo dos serviços prestados** | 17 | **(21.317.626)** | **(21.279.719)** |
| **Lucro bruto** | | **20.998.927** | **22.052.785** |
| **Despesas operacionais** | | | |
| Despesas com pessoal | | (12.735.057) | (12.863.229) |
| Despesas gerais | 18 | (14.514.499) | (14.251.520) |
| Provisão para contingências | 14 | (1.432.000) | - |
| Financeiras (líquidas) | 19 | 175.222 | (765.738) |
| Outras (líquidas) | | (96.986) | (254.756) |
| | | **(28.603.320)** | **(28.135.243)** |
| **Resultado antes da tributação** | | **(7.604.393)** | **(6.082.458)** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | | - | - |
| **Prejuízo do exercício** | | **(7.604.393)** | **(6.082.458)** |
| **Prejuízo por ação** | | **(0,09)** | **(0,09)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Em Reais)

| | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---|---|---|
| **Prejuízo do exercício** | **(7.604.393)** | **(6.082.458)** |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Resultado abrangente do exercício** | **(7.604.393)** | **(6.082.458)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Em Reais)

| | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---|---|---|
| **CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| **Resultado do exercício** | **(7.604.393)** | **(6.082.458)** |
| Ajustes para conciliar o lucro do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais: | | |
| - Depreciação e amortização | 1.349.741 | 1.140.180 |
| - Baixa por ajuste no ativo investimentos | - | 20.915 |
| - Baixas de bens do imobilizado, líquidas | 279.691 | 639.653 |
| - Baixas de intangíveis, líquidas | 213.325 | 104.299 |
| - Ajustes de avaliação patrimonial | - | 3.168 |
| | **(5.761.636)** | **(4.174.243)** |
| **(Aumento) / Redução de Ativos** | | |
| Contas a receber | 7.144.642 | (3.325.932) |
| Estoques | 124.000 | 78.382 |
| Tributos a recuperar | (14.428) | 1.197.890 |
| Adiantamentos diversos | (409.149) | 48.433 |
| Despesas antecipadas | (13.336) | 5.059 |
| Depósitos judiciais | - | 5.057 |
| Tributos diferidos | - | 6.122 |
| | **6.831.729** | **(1.984.989)** |
| **Aumento / (Redução) de Passivos** | | |
| Fornecedores | 235.313 | 151.752 |
| Obrigações trabalhistas | 11.805 | (70.899) |
| Obrigações sociais | 9.829 | 17.997 |
| Obrigações tributárias | 159.582 | (138.954) |
| Juros sobre o capital próprio | - | (267.750) |
| Provisão para contingências | 1.432.000 | - |
| Tributos diferidos | - | (2.462) |
| Outros créditos | (209.781) | (1.556) |
| | **1.638.748** | **(311.872)** |
| **RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES** | **2.708.841** | **(6.471.104)** |
| **CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | |
| Aplicações no ativo imobilizado | (122.022) | (492.266) |
| Aplicações no ativo intangível | - | (713.297) |
| | **(122.022)** | **(1.205.563)** |
| **TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA** | **2.586.819** | **(7.676.667)** |
| Representado por: | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 5.791.415 | 13.468.082 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 8.378.234 | 5.791.415 |
| **Variação líquida no caixa** | **2.586.819** | **(7.676.667)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Em Reais)

| | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---|---|---|
| **Receitas operacionais** | | |
| Vendas de serviços | 45.607.611 | 46.699.856 |
| Outras receitas/despesas | (96.986) | (254.756) |
| | 45.510.625 | 46.445.100 |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | |
| Custo dos serviços prestados | (20.612.001) | (20.773.126) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (13.870.383) | (13.617.573) |
| Provisão para contingências | (1.432.000) | - |
| | (35.914.384) | (34.390.699) |
| **Valor adicionado bruto** | **9.596.241** | **12.054.401** |
| **Retenções** | | |
| Depreciações e amortizações | (1.349.741) | (1.140.540) |
| **Valor adicionado líquido** | **8.246.500** | **10.913.861** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | |
| Receitas financeiras | 294.787 | 527.723 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **8.541.287** | **11.441.584** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | |
| Pessoal e encargos | 12.735.057 | 12.863.229 |
| Impostos, taxas e contribuições | 3.291.058 | 3.367.352 |
| Despesas financeiras | 119.565 | 96.461 |
| Juros sobre o capital próprio | - | 1.197.000 |
| Resultado do exercício | (7.604.393) | (6.082.458) |
| | **8.541.287** | **11.441.584** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONTINUA

**3.7 – Investimentos – Ver Nota 8**

**a) Obras de arte.** Reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, as mudanças ao seu valor justo, quando devidamente comprovadas por um profissional capacitado, são reconhecidas.

**b) Investimentos em outras companhias.** Esses ativos são representados por títulos patrimoniais (ações) de longo prazo nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle.

**3.8 – Imobilizados**

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação/amortização e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação de ativos na data de **2007**. Os efeitos da reavaliação aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, reavaliação esta líquida dos efeitos fiscais.

Gastos com melhorias nos bens existentes são acrescidos ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados ao resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e amortização. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial.

**3.9 – Intangíveis**

Representado principalmente por aquisição de licenças de uso de softwares, é registrado pelo custo de aquisição e/ou formação, sendo amortizado em cinco anos, sendo seus valores recuperáveis em função de suas operações.

**3.10 – Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**

Registrados de acordo com as condições contratadas, sendo classificados como não circulante os com vencimento após o encerramento do exercício subsequente, ou sem previsão definida de realização.

**3.11 – Obrigações com fornecedores, sociais e tributárias, e as demais obrigações**

Registrados tendo por base as condições contratuais e a legislação vigente, sendo que os classificados como não circulantes terão vencimento após o exercício subsequente.

**3.12 – Contribuição Social e Imposto de Renda**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. São arrecadados por estimativas mensais, tendo seu ajuste e apuração anual em 31 de dezembro.

O diferimento de tributos é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. É mensurado pelas alíquotas que se espera sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se na legislação até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis, e são revisados a cada balanço, sendo reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**3.13 – Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

**3.14 – Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita (consideradas estimativas contábeis), dos respectivos ativos e passivos.

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

**3.15 – Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado foi preparada de acordo com o CPC 09, e é aplicável somente para companhias abertas nas demonstrações contábeis anuais. Entretanto, a Administração da Companhia optou por divulgar a DVA como informação complementar.

**3.16 – Lucro por ação**

O lucro líquido por ação é determinado considerando as ações em circulação nas datas dos balanços.

**3.17 – Principais mudanças nas políticas contábeis**

A Companhia analisou as principais políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis anuais. Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. Entre elas destacamos como principais:

**a) CPC 06 (R2) – Arrendamentos**

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia avaliou seus contratos e não identificou arrendamentos, desta forma não houve impactos nestas demonstrações contábeis.

**b) ICPC 22 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A questão principal na contabilização dos tributos sobre o lucro é como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de (i) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (ii) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade.

É inerente ao reconhecimento de ativo ou passivo que a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contábil daquele ativo ou passivo. Se for provável que a recuperação ou a liquidação desse valor contábil tornará futuros pagamentos de tributos maiores (menores) do que eles seriam se tal recuperação ou liquidação não tivessem efeitos fiscais, este Pronunciamento exige que a entidade reconheça um passivo fiscal diferido (ativo fiscal diferido), com certas limitadas exceções.

A Companhia avaliou e não identificou incertezas sobre o tratamento dos tributos IRPJ e CSLL, consequentemente, não tem impacto em suas demonstrações contábeis.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

| | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---|---|---|
| • Caixa | 60 | 728 |
| • Bancos conta movimento | 587.374 | 2.344.037 |
| • Aplicações financeiras | 7.790.800 | 3.446.650 |
| | **8.378.234** | **5.791.415** |

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração em 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

| | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---|---|---|
| • Administração Pública Federal | 21.348 | 290.079 |
| • Administração Pública Estadual | 36.941.792 | 43.645.728 |
| • Administração Pública Municipal | 801.728 | 731.446 |
| • Outros | 245.221 | 487.478 |
| | **38.010.089** | **45.154.731** |

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de serviços por cada esfera do Governo.

Como a grande maioria das vendas de serviços são realizadas para a Administração Pública, a serem recebidas por meio de "empenhos", não se constitui provisão para perdas estimadas sobre esses valores. Contudo, passado o período prescricional de cinco anos, pode acontecer que alguns valores empenhados não tenham sido ainda recebidos. Neste caso, baixa-se o direito contra uma despesa de perda com clientes. Nos exercícios de 2019 e 2018 não houve baixas por prescrições de créditos.

Como a empresa não realiza vendas com caráter de financiamento, não há a necessidade de ajuste ao valor presente.

**6. ESTOQUES**

| | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---|---|---|
| • Matérias primas | | |
| - Papéis | 309.010 | 238.797 |
| - Cartões | 83.037 | 87.479 |
| - Tintas | 15.591 | 7.303 |
| - Produtos químicos | 22.798 | 29.494 |
| - Chapas | 57.236 | 83.339 |
| - Diversos | 45.630 | 52.486 |
| | 533.302 | 498.898 |
| • Serviços em curso | 537.351 | 696.407 |
| • Almoxarifado | 17.820 | 17.168 |
| | **1.088.473** | **1.212.473** |

Os estoques estão formados por matérias primas utilizadas para a confecção de revistas, livros e adicionalmente material de escritório e de limpeza.

A conta Serviço em Curso corresponde a encomendas de produtos gráficos em fase de elaboração para posterior entrega aos clientes.

**7. TRIBUTOS A RECUPERAR**

| | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---|---|---|
| • Antecipação IRPJ 2019 | 331.710 | - |
| • Antecipação CSLL 2019 | 132.538 | - |
| • Imposto de Renda retido na fonte | 171.253 | - |
| • CSLL retida na fonte | 8.680 | - |
| • Saldo Negativo IRPJ 2018 | 3.399 | 415.015 |
| • Saldo Negativo CSLL 2018 | - | 122.826 |
| • Saldo Negativo IRPJ 2017 | - | 95.311 |
| | **647.580** | **633.152** |

**8. INVESTIMENTOS**

| | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---|---|---|
| • Obras de arte **(*)** | | |
| - Quadros | 442.456 | 442.456 |
| - Esculturas | 540.000 | 540.000 |
| | 982.456 | 982.456 |
| • Participação acionária **(**)** | 92.227 | 92.227 |
| | **1.074.683** | **1.074.683** |

**(*)** – Estatutariamente, a CEPE tem o compromisso de promover, incentivar e divulgar a valorização do acervo histórico e cultural do Estado de Pernambuco. O saldo representa aquisições de 09 painéis artísticos em 03.01.2010 pela CEPE (quadros e esculturas) e doação do Instituto Aberlado da Hora conforme ofício de doação de nº 016/2016.

**(**)** – Representado por ações da COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento.

**9. IMOBILIZADO**

O ativo imobilizado está constituído ao custo de construção ou aquisição subtraído os valores da depreciação acumulada, calculada linearmente conforme taxas admitidas pela legislação, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os valores referentes à apuração da depreciação acumulada no exercício são apropriados como custos ou despesas ao resultado do exercício, a depender da alocação e função do bem dentro das instalações da empresa.

**Movimentação contábil no exercício:**

| | 31.12.2018 | Adições | Baixas | 31.12.2019 |
|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | |
| Terrenos | 1.877.862 | - | - | 1.877.862 |
| Edificações | 3.993.478 | - | - | 3.993.478 |
| Maquinários | 9.790.497 | 1.732 | - | 9.792.229 |
| Móveis e utensílios | 5.190.180 | 60.927 | - | 5.251.107 |
| Computadores e periféricos | 2.893.651 | 59.362 | - | 2.953.013 |
| Veículos | 117.700 | - | - | 117.700 |
| Instalações | 119.630 | - | - | 119.630 |
| | **23.982.998** | **122.021** | **-** | **24.105.019** |
| **Depreciação acumulada** | | | | |
| Edificações | (886.553) | (88.655) | - | (975.208) |
| Maquinários | (3.956.690) | (486.172) | - | (4.442.862) |
| Móveis e utensílios | (1.445.602) | (498.793) | - | (1.944.395) |
| Computadores e periféricos | (1.904.902) | (435.993) | - | (2.340.895) |
| Veículos | (43.295) | (13.970) | - | (57.265) |
| Instalações | (73.785) | (3.504) | - | (77.289) |
| | **(8.310.827)** | **(1.527.087)** | **-** | **(9.837.914)** |
| | **15.672.171** | **(1.405.066)** | **-** | **14.267.105** |

Composição dos saldos em 31.12.2019, segregados pela reavaliação ocorrida em 2007:

| | Saldo Normal | Saldo da Reavaliação | Saldo Total |
|---|---|---|---|
| Custo | 18.440.130 | 5.664.889 | 24.105.019 |
| Depreciação | (8.669.457) | (1.168.457) | (9.837.914) |
| | **9.770.673** | **4.496.432** | **14.267.105** |
| Efeito tributário sobre a reavaliação (passivo não circulante) (Nota 13) | | (1.079.143) | |
| **Saldo da Reserva de Reavaliação** | | **3.417.289** | |

**10. INTANGÍVEL**

| | 31.12.2018 | ADIÇÕES | BAIXAS | 31.12.2019 |
|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | |
| Softwares | 1.869.588 | - | - | 1.869.588 |
| Marcas e patentes | 1.706 | - | - | 1.706 |
| | 1.871.294 | - | - | 1.871.294 |
| **Amortização acumulada** | | | | |
| Softwares | (1.031.998) | (315.670) | - | (1.347.668) |
| | **839.296** | **(315.670)** | **-** | **523.626** |

**Apropriação da depreciação do Imobilizado (Nota 9) e da amortização do Intangível (Nota 10):**

| | Depreciação | Amortização | Total |
|---|---|---|---|
| Ao custo dos serviços gráficos (Nota 17) | 705.625 | - | 705.625 |
| Ao custo dos serviços de digitalização (Nota 17) | 279.691 | 213.324 | 493.105 |
| À despesa administrativa (Nota 18) | 541.771 | 102.345 | 644.116 |
| | **1.527.087** | **315.670** | **1.842.846** |

**11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

| | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---|---|---|
| • Provisões para férias e respectivos encargos sociais | 942.221 | 918.120 |
| • Salários | - | 1.064 |
| • Consignações da folha de pagamento | 53.509 | 64.741 |
| | **995.730** | **983.925** |

**12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS**

| | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---|---|---|
| • INSS | 236.161 | 243.153 |
| • INSS Fonte | 96.441 | 90.765 |
| • FGTS | 68.652 | 68.572 |
| • Outras | 70.717 | 59.652 |
| | **471.971** | **462.142** |

**13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

| | 31.12.2019 | | 31.12.2018 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| • PASEP | 45.875 | - | 35.102 | - |
| • COFINS | 211.431 | - | 161.793 | - |
| • ISS 63.295 | - | 14.839 | - | |
| • IR Fonte | 120.808 | - | 70.093 | - |
| • Imposto de Renda – Diferido | - | 688.299 | - | 702.592 |
| • Contribuição Social – Diferida | - | 412.979 | - | 421.556 |
| | **441.409** | **1.101.278** | **281.827** | **1.124.148** |

Os tributos diferidos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicada no ano em que o passivo for liquidado, baseados na legislação aplicável nas datas dos balanços. Os saldos em 31.12.2019 podem sem assim demonstrados:

| | IRPJ | CSLL | Total |
|---|---|---|---|
| • Sobre os efeitos da reavaliação (Nota 9) | 674.464 | 404.679 | 1.079.143 |
| • Sobre efeitos de ajuste a valor justo de investimentos | 13.834 | 8.300 | 22.134 |
| | **688.299** | **412.978** | **1.101.277** |

**14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Administração, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, constitui provisão para processos trabalhistas e cíveis, classificados na condição de perda "provável", com o objetivo de evidenciar o suporte ao risco de eventual decisão desfavorável.

| | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|---|---|---|
| • Trabalhistas | 1.507.000 | 75.000 |
| | **1.507.000** | **75.000** |

A principal causa decorre de Ação de Cumprimento de Convenção Coletiva, impetrada pelo Sindicato dos Gráficos de Pernambuco, Processo n° 0001733-47.205.5.06.003 na 13ª Vara do Trabalho, que objetiva a implementação do Plano de Cargo e Carreira, retroativamente a 30.09.2015, sendo devido o pagamento das diferenças correspondentes aos salários vencidos e vincendos dos trabalhadores gráficos da CEPE, estimada em R$ 1.432.000.

Não há causas consideradas como de possibilidade de perda "possível", em 31 de dezembro de 2019.

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 66.570.000 (em 2018, R$ 65.373.000) e está composto por 131.250 ações nominativas, de valor unitário de R$ 507 (em 2018, R$ 498), sendo 106.250 ações ordinárias e 25.000 ações preferenciais sem direito de voto. A participação do Governo do Estado de Pernambuco corresponde a 100% das ações ordinárias com direito a voto e 99,98% das ações preferenciais.

**Reserva de reavaliação**

A realização da reserva é reconhecida à medida que os ativos reavaliados forem sendo realizados mediante depreciações e baixas, até suas extinções.

**Ajuste de avaliação patrimonial**

Registram a contrapartida da mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros mantidos para venda (investimentos em outras companhias – ações).

**16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Receitas operacionais** | | |
| Publicações | 29.690.683 | 31.530.422 |
| Digitalização | 13.591.318 | 13.148.989 |
| Serviços gráficos | 2.109.510 | 1.757.251 |
| Jornais | 23.950 | 9.261 |
| Revista Multicultural e publicações da revista | 142.126 | 154.933 |
| Assinaturas | 53.206 | 94.859 |
| Certificação digital | 9.365 | 6.450 |
| | 45.620.158 | 46.702.165 |
| (-) Descontos concedidos | (12.546) | (2.309) |
| | **45.607.612** | **46.699.856** |
| **Tributos diretos** | | |
| ISS | (726.664) | (805.406) |
| PIS/PASEP | (553.777) | (456.654) |
| COFINS | (2.010.618) | (2.105.292) |
| | **(3.291.059)** | **(3.367.352)** |
| **Receita operacional líquida** | **42.316.553** | **43.332.504** |

**17. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Serviços gráficos em geral:** | | |
| • Material direto | 955.116 | 1.019.902 |
| • Mão de obra direta | 3.007.512 | 2.996.121 |
| • Mão de obra indireta | 2.940.041 | 3.036.220 |
| • Gastos indiretos de fabricação | 4.915.420 | 4.740.618 |
| • Serviços em andamento | 159.041 | 85.654 |
| | 11.977.130 | 11.878.515 |

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

| Digitalização: | | |
|---|---|---|
| • Salários | 354.667 | 346.996 |
| • Terceirização do serviço | 6.364.813 | 6.597.433 |
| • Aluguel e condomínio | 1.710.317 | 1.590.544 |
| • Energia | 109.933 | 120.537 |
| • Depreciação e amortização | 493.015 | 486.182 |
| • Outros | 353.708 | 299.376 |
| | 9.386.453 | 9.441.068 |
| • (-) Créditos PIS-PASEP/COFINS | (45.957) | (39.864) |
| | **21.317.626** | **21.279.719** |

**18. DESPESAS OPERACIONAIS – GERAIS**

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| • Serviços de terceiros | 5.465.582 | 6.105.470 |
| • Água, energia e comunicação | 307.089 | 350.439 |
| • Aluguéis | 437.569 | 349.230 |
| • Manutenções de instalações, imóveis, móveis e veículos | 1.728.957 | 1.344.164 |
| • Manutenções de softwares, computadores e periféricos | 615.196 | 677.011 |
| • Assistência médica | 1.323.495 | 1.306.551 |
| • Programa de alimentação ao trabalhador | 728.175 | 693.244 |
| • Depreciações e amortizações | 644.116 | 633.947 |
| • Impostos e taxas | 354.262 | 270.257 |
| • Patrocínios e donativos | 1.045.136 | 897.905 |
| | 12.649.577 | 12.628.218 |
| • Demais despesas | 1.864.922 | 1.623.301 |
| | **14.514.499** | **14.251.519** |

**19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS**

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **RECEITAS** | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 251.507 | 363.508 |
| Juros ativos | 42.050 | 161.028 |
| Descontos obtidos | 1.219 | 354 |
| Outras | 11 | 2.833 |
| | **294.787** | **527.723** |
| **DESPESAS** | | |
| Juros passivos | (2.864) | - |
| Despesas bancárias | (81.275) | (92.892) |
| Multas | (35.426) | (3.569) |
| Juros sobre o capital próprio | - | (1.197.000) |
| | **(119.565)** | **(1.293.461)** |
| | **175.222** | **(765.738)** |

**20. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS**

Fatores de risco financeiro. A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

- Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

- Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

- Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado.

A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

- Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

- Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

**21. SEGUROS**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas materiais e lucros cessantes, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2019 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta da seguinte forma:

| Ramo | Valor | Seguradora |
|---|---|---|
| - Incêndio, explosão e fumaça | 19.200.000 | Porto Seguro |
| - Danos elétricos | 240.000 | Porto Seguro |
| - Perda de aluguel | 72.000 | Porto Seguro |
| - Tumulto, greve, lock-out | 24.000 | Porto Seguro |
| - Responsabilidade civil | 120.000 | Porto Seguro |
| - Recomposição de registros e documentos | 36.000 | Porto Seguro |
| - Lucros cessantes | 1.200.000 | Porto Seguro |
| - RC do empregador | 120.000 | Porto Seguro |
| - Vida | 75.000 | Tokio Marine |
| - Obras de arte | 945.000 | Chubb Seguros |

* * * * *

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da **Companhia Editora de Pernambuco – CEPE**
Recife – PE

**1. Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Editora de Pernambuco – CEPE** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Editora de Pernambuco – CEPE** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

**2. Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**3. Outros assuntos**

**3.1 – Demonstração do Valor Adicionado.**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**3.2 – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo**

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 22 de fevereiro de 2019, sem modificação.

**4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

**5. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife - PE, 18 de fevereiro de 2020.

***PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S***
CRC-PE - 000680/O-0

**Hugo Ferreira da Silva Júnior**
CRC-PE – 011620/0

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, reuniram-se para examinar o Relatório Anual da Administração, representado pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, ainda, o Relatório da PHF Auditores Independentes S/S, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis indica que as Demonstrações Contábeis apresentam, de forma adequada, no que consiste aos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEPE, para o exercício findo em 31/12/2019, cumpridas as práticas contábeis em uso no Brasil. Os membros do Conselho Fiscal, à luz das apreciações regulares de ordem, e, com fundamento no Relatório da PHF Auditores Independentes S/S., afirmam que as peças contábeis estão apropriadas a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Recife, 26 de março de 2020.

Maria Antonieta da Rocha Cruz

Cláudia Roberta Monteiro

Ana Beatriz Freire Paes de Andrade

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO -** Presidente

**LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO -** Conselheiro

**SILENO SOUZA GUEDES -** Conselheiro

**JOÃO URBANO BEZERRA SUASSUNA -** Conselheiro

**SÍLVIA MARIA CORDEIRO -** Conselheiro

## DIRETORIA

**LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO -** Diretor Presidente
**BRAULIO MENDONÇA MENESES -** Diretor Administrativo e Financeiro
**EDSON RICARDO TEIXEIRA DE MELO -** Diretor de Edição e Produção

**GERINALDO BEZERRA DE MATOS -** Contador – CRC/PE – 11.684/O